CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA
APROVADO por 2 votos a favor do PS e 5 abst.
em 19/11/2013
O Presidente

--- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 05 JUNHO DE 2012.----------

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho.----------

--- A reunião teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Joaquim António Ramos e os Srs. Vereadores Luís Manuel Abreu de Sousa, Marco António Martins Leal Pereira, Ana Maria Ferreira e Silvino José da Silva Lúcio, pela "Coligação Futuro da Nossa Terra", o Sr. Vereador António Jorge Lopes e, pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador. António da Fonseca Nobre.----------

---Secretariou a reunião o Chefe da Divisão Financeira, Dr. Ricardo Portela.----------

---------- ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

--- O Sr. Presidente tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e solicitou aos elementos do público que se inscrevessem.----------

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO ----------

--- O Sr. José de Almeida assinalou com desagrado o funcionamento dos semáforos de Aveiras de Baixo, indagou quanto à colocação do marco do correio da Praça da Republica em Aveiras de Cima e sobre o preço das refeições escolares. Continuando congratulou o Sr. Presidente em relação à Feira de Maio, salientando que não é necessário gastar muito dinheiro para fazer uma feira animada. Comentou, ainda noticias publicadas no Jornal "Correio da Manhã" que abordavam os menus de luxo fornecidos na Assembleia da República e o facto da seleção nacional estar concentrada no maior e mais luxuoso complexo desportivo da Europa Central, isto tendo em conta as dificuldades que afligem milhares de portugueses. ----------

--- O Sr. Presidente disse partilhar, em parte, com a indignação e preocupações do Sr. José de Almeida. ----------

--- A Sr.ª Vereadora Ana Maria Ferreira informou que o preço das refeições é de 1.46€. ----------

--- O Sr. Vice-Presidente respondendo à questão do Sr.º José de Almeida, dizendo que vai entrar em contacto com os CTT para tentar obter uma resposta referente ao assunto.----------

--- INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE E DOS VEREADORES ----------

--- Interveio o Sr. Vereador António Nobre cumprimentando todos os presentes, começando por falar na questão suscitada pelo Sr. José de Almeida referente aos menus da Assembleia da Republica, salientando que no tempo do fascismo era muito comum a crítica à instituição parlamentar, sendo hoje também comum assistirmos a esse tipo de "censura", que é típica dos tempos do Estado Novo. Lamenta certas notícias que aparecem nos Jornais, pois considera que existem outros motivos de crítica com maior relevância. Continuando abordou um assunto relacionado com as obras na autoestrada, no âmbito da recuperação do pavimento da A1 entre o Carregado e Aveiras de Cima, sendo o alcatrão objeto de tratamento num estaleiro instalado perto da Área de Serviço de Aveiras de Cima. Questiona se o estaleiro foi objeto de licenciamento por parte da Câmara e, uma vez que os camiões que o abastecem passam pelas estradas municipais, também pretende saber se foram tomadas medidas para evitar a degradação das mesmas no decorrer da passagem dos referidos veículos. ----------

--- Em relação aos protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, o Sr. Vereador lembra que estamos à beira do tempo seco, existindo muita vegetação junto às vias municipais, podendo isso dar origem a incêndios. Tendo em conta que esta era uma competência das Juntas de Freguesia delegada através dos antigos protocolos, questiona a Câmara no sentido de saber se a mesma vai assumir esse tipo corte de vegetação.----------

--- O Sr. Vereador levanta ainda outra questão relacionada com o acordo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios e o governo, relativamente à aprovação de um apoio

financeiro para satisfazer dividas a fornecedores, perguntando o que pensa o Sr. Presidente da Câmara relativamente a este protocolo na ótica dos interesses do Município.----------

--- Interveio a Sra. Vereadora Ana Ferreira, informando que a Câmara recebeu do Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional uma deliberação que indica que estão suspensos todos os atos administrativos e de gestão, relacionados com a abertura de novos concursos de seleção e aprovação de candidaturas, e a assinatura de contratos de financiamento, isto porque está em curso uma reprogramação, de natureza estratégica que pretende focalizar a intervenção do QREN na promoção da competitividade e do emprego. Nesta sequência foi indicado, pelo INALENTEJO, a existência de um gabinete chamado "Gabinete Investe", tendo o objetivo de promover a inovação do tecido empresarial através de melhorias tecnológicas ao nível do processo produtivo existente e da criação de novas unidades de promoção. A Câmara está a dar o apoio possível a todos os particulares que a procurem neste sentido, sendo de salientar que está previsto, que após esta programação do QREN, surjam algumas áreas prioritárias de investimento que se prevê estarem nos próximos meses disponíveis para apresentação de candidaturas, nomeadamente as intervenções no parque escolar, e investimentos atreves daquilo que é chamado o "Impulso Jovem", nas áreas de acolhimento empresarial na reabilitação urbana e ambiente.----------

--- Continuando, informou que o Ministério da Educação conclui o processo de agregação de escolas para o próximo ano letivo. Este processo teve duas fazes, na 1º fase deu origem a 115 novas unidades orgânicas e na 2º fase a 37. O Município de Azambuja ficou com a rede escolar tal como está, salientando que neste processo foram desencadeadas diligências nesse sentido. Disse ainda que, por iniciativa das associações de pais, encarregados de educação e dos serviços municipais, está em curso o projeto "Banco de Livros Escolares", que se encontra em fase experimental e que consiste no empréstimo de manuais escolares mediante um conjunto de normas que se encontram disponível na página da Câmara e na rede de bibliotecas do Município. Este projeto tem como objetivo promover a reutilização de manuais escolares, abrangendo os alunos desde o 1º ao 12º ano de escolaridade.----------

--- A Sra. Vereadora deu conhecimento que, no dia 13 de Junho, decorrerá, no Páteo do Valverde, a apresentação dos resultados da implementação do projeto "Rios" no Município, que contará com a participação dos três agrupamentos que ao longo do ano letivo participaram neste projeto, e com a presença do Coordenador Nacional do mesmo.----------

--- O Sr. Presidente da Câmara toma da palavra para responder às questões colocadas pelo do Sr. Vereador António Nobre. Começando por responder à questão das obras na autoestrada, disse que o estaleiro não está licenciado, embora tenha entrado na Câmara um processo de licenciamento do estaleiro que decorre de uma obra que foi adjudicada da BRISA à TECNOVIA de repavimentação do troço da Autoestrada do Carregado a Aveiras de Cima. Trata-se de um terreno que é propriedade da TECNOVIA. Nos termos do Plano Diretor Municipal da Câmara de Azambuja, o licenciamento de estaleiro requer uma declaração de utilidade, como tal foi chamada a TECNOVIA no sentido de apresentar motivos para que fosse proposta a declaração de utilidade pública, independentemente da Câmara reconhecer que a repavimentação da autoestrada seja uma matéria de interesse publico. Nessa sequência foi proposto à TECNOVIA, que se fosse necessário qualquer tipo de intervenção nessas estradas municipais seria da sua responsabilidade, bem como o fornecimento de 1000 toneladas de massas quentes para serem aplicadas pelos meios municipais. A empresa ainda não confirmou a aceitação da proposta, apesar de a Câmara ter tido conhecimento que TECNOVIA obteve autorização, por parte da Brisa, para a entrada e saída do estaleiro ser feita a partir da autoestrada.----------

--- Relativamente aos protocolos, o Sr. Presidente refere que os cortes de vegetação nunca constaram dos protocolos de delegação de competências com a Juntas de Freguesia, exceto com a junta de Freguesia de Aveiras de Cima que tem protocolo específico, sendo a tarefa, nesta freguesia da competência da própria Junta, uma vez que a mesma tem equipamento de corte de vegetação.----------

--- Relativamente ao acordo com Associação Nacional de Municípios, pelo que se sabe, é um acordo que diz respeito a um processo de saneamento financeiro correlacionado com a lei dos compromissos, e com algumas matérias relacionadas com o IMI. Relativamente ao EMI urbano, para além dos limites terem subido 0,1 pontos percentuais conforme a atual Lei do Orçamento de Estado, quer nas casas avaliadas nos termos anteriores quer nos termos do novo código do CIMI, uma das questões que se levantava era que a administração central cobra aos Municípios 2,5% pela cobrança do IMI. Foi publicada uma portaria que captou uma verba de 5% do IMI cobrado este ano a título de compensação pela reavaliação do património. Também havia duvidas se as receitas extraordinárias que fossem geradas pela atualização do IMI, seriam receitas da Administração Central ou da Administração Local, tendo depois ficado clarificado que eram receitas da Administração Local, emboras destinadas à diminuição da divida. Este processo da atualização do IMI tem custos tanto para a administração local como para administração central, havendo uma responsabilidade repartida, no entanto, surgem algumas dúvidas se esses custos da componente da administração central representam 5% do IMI.---------

--- No que diz respeito ao saneamento financeiro e com as atualizações do EMI, prevê-se que no ano 2013 haja situações bastante complicadas relativamente às famílias no pagamento do respetivo EMI.----------

--- Relativamente ao acordo de saneamento financeiro, foi alocada uma verba de 1.000 milhões de euros a uma taxa de juros de 4.6% e amortizável em 14 a 20 anos, e foram identificados dois tipos de municípios que seriam passiveis de beneficiarem deste saneamento financeiro. Foram identificadas cerca de 56 municípios em situação de desequilíbrio financeiro que são chamados municípios de tipo 1, e depois a grande maioria dos municípios de tipo 2, onde Azambuja se enquadra. Nesses 56 municípios do tipo 1 é que será obrigatório, para recurso ao programa, pôr as taxas de IMI, Derrama e IRS nos limites máximos impostos pela lei. Na generalidade dos municípios e no grupo em que nos incluímos, não há essa obrigatoriedade.----------

--- Informou, ainda, que a Câmara Municipal de Azambuja, no princípio do ano, diminui a dívida de curto prazo, e aguarda agora que esse acordo se concretize em legislação e regulamentação, para que depois a Câmara de Azambuja possa formalizar a candidatura.----------

--- Interveio o Sr. Vereador António Nobre solicitando informação sobre o processo da Águas do Oeste, tendo o Sr. Presidente respondido que uma parte da dívida está incluída na divida de curto prazo. Havendo duas soluções, ou fazemos o acerto com as Águas do Oeste e o montante liquido entra depois nesta divida que será saneável através desta linha de financiamento, ou consideramos toda a divida às Águas do Oeste para efeitos deste saneamento liquido, tendo as Águas do Oeste que nos pagar posteriormente a parte dos seus débitos para connosco.----------

--- Seguidamente tomou a palavra o Sr. Vereador António Lopes, na sequência da explicação que foi dada ao Sr. Vereador António Nobre, solicitando saber se já está feito o cálculo da consignação das receitas aos sistemas em alta na sequência da assinatura por parte da Câmara com o governo relativamente ao apoio financeiro. De acordo com o que está previsto, se a Câmara de Azambuja assinar o acordo de assistência financeira na modalidade tipo 2, entre outras condicionantes há uma que implica a consignação da receita diretamente ao pagamento das estruturas do abastecimento do sistema em alta. Salientou que um dos problemas que a

Câmara têm tido, é a dívida com as Águas do Oeste, sendo que através deste acordo se poderá "limpar" o passivo existente, ficando automaticamente obrigados, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado a afetar uma determinada parte da receita diretamente às Águas do Oeste, para não voltar a ter nova divida. Sendo nessa perspetiva que pergunta como é que vai ser feito o equilíbrio.----

--- O Sr. Presidente respondeu que a Câmara, atualmente, não tem relações financeiras com a Águas do Oeste, esse é um encargo da Águas de Azambuja, portanto estamos a falar da dívida constituída até ao momento da concessão.----

---------- ORDEM DO DIA ----------

--- Ponto 1 – Constituição de direito de superfície sobre a escola primária de Arrifana--------

---1. Proposta Nº 26/P/ 2012----------

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:----

---"*Considerando que:* ----

--- *O Município é proprietário do prédio onde se localiza a Escola Primária de Arrifana;*----

--- *O edifício da Escola Primária de Arrifana se encontra desocupado e sem utilização;*----

---*A Junta de Freguesia, por ofício de 4 de Abril de 2012 de que se junta cópia, manifestou a sua intenção em adquirir o imóvel a fim de o utilizar para a instalação de serviços de apoio à população da localidade, bem como ao desenvolvimento de atividades em prol da população;*----

---*Proponho:*----

---*Que a Câmara Municipal delibere constituir o direito de superfície sobre o prédio onde está instalada a Escola Primária de Arrifana, a da Freguesia de Manique do Intendente, de forma gratuita e pelo prazo de 30 anos, mediante as seguintes condições:*----

---*a) A Junta de Freguesia obriga-se a realizar obras de reparação e proceder à vedação do pátio;*----

---*b) O edifício será cedido à Câmara para a instalação de assembleias de voto."*----

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º26/P/2012 foi aprovada por unanimidade.----

---2.INFORMAÇÕES:----------

---2.1.Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira – Contabilidade

---Resumo da Execução Orçamental – Período: 01 de Janeiro a 29 de Maio de 2012 ----

--- A Câmara tomou conhecimento.----

---2.2.Departamento de Administrativo e Financeiro - Divisão Financeira – Aprovisionamento---Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros – Período: 17/05/2012 a 31/05/2012 **----------**

---A Câmara tomou conhecimento. ----

---2.3.Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira – Modificação ao Orçamento – Informação Nº 7/P/2012/DAF. ----

--- A Câmara tomou conhecimento.----

--- Encerramento----------

--- Eram 16 horas e 10 minutos, quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião. ----

--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelo Chefe da Divisão Financeira, Ricardo Miguel Nunes Portela, sob cuja responsabilidade foi elaborada.---